

PARA ALÉM DA AUTOGESTÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA SUBJETIVIDADE SOLIDÁRIA NO MOVIMENTO ANARQUISTA

Nabylla Fiori de Lima (PPGTE-UTFPR); Alysson Eduardo Aquino de Carvalho
(PPGTE-UTFPR);

nabyllafiori@gmail.com; alysson.aquino@gmail.com

CAPES

GT 8 Desafios da autogestão

Um dos valores centrais da Economia Solidária é o da autogestão. Como diversas são as abordagens sobre a Economia Solidária, também diversas são as concepções de autogestão. As concepções de Economia Solidária e de autogestão que determinado grupo carrega impactam nas suas práticas e, por vezes, podem trazer empecilhos na realização e no fortalecimento das ações defendidas pela Economia Solidária.

O movimento anarquista, surgido no final do século XIX, assim como o movimento da Economia Solidária, tem suas raízes nas lutas socialistas. Anticapitalista em todas as suas dimensões, o anarquismo compartilha de muitos dos princípios originários da Economia Solidária: autogestão, cooperação, solidariedade, democracia direta, bem viver, respeito à natureza e a busca pela emancipação humana. A fim de edificar uma outra sociedade, oposta ao capitalismo industrial, o movimento anarquista preocupou-se com uma transformação social radical que abarcasse elementos culturais vistos nas mais diversas dimensões da vida. Em seus livros e revistas, nas discussões organizadas em ateneus e centros de cultura ou grupos de afinidade que constituíam, nas escolas libertárias, nas comunidades autogestionárias, os/as anarquistas criaram e/ou sonharam com novas formas de produção, com relações qualitativas com a natureza, com formas de relacionamento entre os indivíduos organizadas a partir de concepções éticas não utilitárias, bem como constituíram teorias críticas da ciência e visaram a busca pelo desenvolvimento tecnológico que estivesse de acordo com os valores do apoio mútuo e da liberdade.

Para os/as anarquistas, há uma relação entre a consolidação dos princípios do movimento e a necessidade de construir uma subjetividade - ou moral como gostavam de dizer - pautada neles. Dessa forma, desenvolveram uma série de práticas e de reflexões capazes de formar certa pedagogia dos valores libertários.

Em nossa compreensão, a internalização dos princípios da economia solidária é essencial para o seu fortalecimento e a autogestão deve ser compreendida e desejada para além da produção material, abarcando a sociedade em todas as suas dimensões. Neste trabalho, apresentaremos algumas possíveis contribuições do movimento anarquista frente aos desafios da economia solidária.

Economia Solidária e Autogestão

A elaboração de Paul Singer, o maior teórico da Economia Solidária no Brasil, permite-nos compreender a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento socialista. A ênfase dada aos princípios de solidariedade, cooperação, respeito à natureza, emancipação humana e democracia, aponta para a Economia Solidária como sendo não apenas a busca pela transformação da produção econômica, mas de uma reconfiguração cultural ampliada. Esse novo modelo de desenvolvimento deveria estar pautado pela autogestão, princípio fundamental e condição essencial da Economia Solidária.

Em termos sintéticos podemos dizer que a autogestão se contrapõe à heterogestão, o trabalho dirigido por outro. Tal concepção nasce das “lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos XIX e XX para levar a cabo a democracia na produção e a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas” (NOVAES apud AQUINO, 2014, p. 68), a fim da “retomada do controle do processo de trabalho, de si e da civilização humana” (NOVAES apud AQUINO, 2014, p. 69).

A construção prática da autogestão, entretanto, traz diversos desafios. Nos empreendimentos ou mesmo nos espaços políticos do movimento da Economia Solidária há, muitas vezes, a reprodução de práticas capitalistas como competitividade, falha na distribuição de tarefas e de responsabilidades, relações baseadas em violência dentre outras práticas que sustentam e mantêm hierarquias, dissolução de grupos, afastamento de indivíduos do movimento, não contribuindo, portanto, para a dissolução das relações capitalistas e para o conseqüente fortalecimento da Economia Solidária.

O trabalho autogestionário tem um potencial educativo que possibilita transformar o comportamento dos indivíduos em relações sociais divergentes das propostas pela sociabilidade capitalista. Assim, é possível afirmar existir uma relação de co-determinação

entre as práticas de trabalho autogerido e os valores ideológicos da Economia Solidária (AZAMBUJA, 2009, p. 284).

No contato com empreendimentos econômicos solidários ou nos espaços do movimento da Economia Solidária, é possível perceber que essa transferência de valores ideológicos e solidários não ocorre de forma tão natural quanto pressupõe seus defensores como Paul Singer. Em sua pesquisa com trabalhadores de duas cooperativas de produção autogestionárias, Azambuja (2009) percebeu que, apesar da organização autogestionária do ambiente de trabalho, aqueles trabalhadores carregavam orientações ideológicas diversas, nem sempre de acordo com os princípios da própria Economia Solidária.

A partir dessa constatação, entretanto, Azambuja conclui que a autogestão seria a possibilidade de gestão do trabalho conforme os valores de cada indivíduo, sejam eles quais forem. Todavia, essa concepção de autogestão se distancia de uma concepção que entende a Economia Solidária como proposta de outro modelo de desenvolvimento, ramo do tronco socialista, o qual compreende a necessidade da autogestão espalhada por todas as esferas da vida social.

Definindo melhor a Autogestão

Em termos gerais, a autogestão é a oposição ao modelo organizativo capitalista essencial: a heterogestão. A essência da heterogestão é a dualidade presente na cisão entre o que gere e o que é gerido. Neste princípio organiza-se uma hierarquia estabelecida de lugares separados entre os planejadores, organizadores e comandantes de um lado e de outro, abaixo deles, são aglutinados os executores. Dessa forma, em sistemas heterogeridos os verdadeiros executores de ação ficam reduzidos à uma função única. A falha fundamental da heterogestão pode ser apontada em sua dificuldade de perceber a complexidade do mundo social, fato que acaba tornando-a unidimensional. Nesse processo, temos como resultado o empobrecido social do produtor. Mas não somente a visão heterogestionária que é unidimensional, aqui também o próprio produtor se torna “unidimensionalizado” (MOTTA, 1981).

A heterogestão se consolida na organização burocrática do trabalho, por meio de hierarquias impostas as quais estão organizadas na lógica de pirâmide e da submissão da força de trabalho a cargos que diminuem em números conforme aumentam em poder e se

aproximam do topo. Por outro lado, a autogestão significa que serão os produtores que decidirão sobre as questões que envolvem a produção em termos de gestão, organização e emprego de recursos, sobre as necessidades do consumo e distribuição e sobre a organização da sociedade (MANDEL, 1988).

Além da hierarquização a heterogestão estimula a individualização do ambiente de trabalho e a fragmentação do coletivo dos trabalhadores. Mecanismo alimentado a partir da competitividade. O controle do trabalho se dá por mecanismos afetivos como o de responsabilização individual do trabalhador pela diminuição da produtividade. Nesse sentido, a sobrevivência no emprego ocorre por estratégias individuais e não por conquistas de toda uma categoria (LIMA, 2010). O trabalhador é transformado em um sujeito cuja autonomia – em seu caráter empreendedor - passa a ser incentivada dentro da produção. Todavia, como os novos contratos são diversificados, o tempo de contrato de trabalho é reduzido à duração de uma atividade específica, e a subcontratação se transformou numa tendência. Assim, o ideal de autonomia na perspectiva da heterogestão é subordinado ao capital.

A crítica de base socialista elaborada pelos trabalhadores opositores da heterogestão faz a defesa da “livre reunião dos produtores associados” e está ligada, também, à contestação da naturalização dos processos de dominação. Esses processos ocorrem quando não há o questionamento, ou ainda, se sacraliza a ordem social vigente por meio da construção de um “imaginário social” construído, por exemplo, a partir de uma série de formulações pretensamente científicas como as teorias de administração capitalista (MOTTA, 1981).

Outra maneira de expressar a autogestão seria dizer que ela significa, positivamente, a reunificação entre o ato de conceber e executar o trabalho. Seria o *homo faber* retornando a sua condição de *homo sapiens* segundo as palavras de Gramsci. Novaes compreende que a autogestão significa nada mais que “a retomada do controle do processo de trabalho, de si e da civilização humana” (NOVAES, 2011, p.41). Assim, a autogestão se faz numa unidade de negação e afirmação ao mesmo tempo, dialeticamente, à medida que se afirma negando a heterogestão. (NOVAES, 2011).

Dentro os movimentos preocupados com essas questões está o anarquismo que desenvolveu com seus adeptos diversas práticas e possibilidades de relações solidárias, visando à emancipação dos indivíduos.

Os Anarquistas e as práticas autogestionárias

O movimento anarquista surgiu, enquanto movimento organizado, num contexto histórico particular que culminou nas mudanças do século XIX: a consolidação dos Estados modernos, constituídos de estruturas centralizadas, burocráticas e hierárquicas e sustentados por diversas instituições que serviram como suas extensões - família, escola, fábrica, hospital, prisão (CORREA, 2013, p. 14-15). Contrários a qualquer forma de dominação, às hierarquias e, com isso, ao modo de vida desenvolvido pelo capitalismo industrial, os/as anarquistas denunciaram e recusaram o sistema sócio-político em ascensão, defendendo e exercitando ações que serviriam como as bases para a construção outras novas configurações sociais opostas às capitalistas..

A doutrina anarquista tem como elemento primordial, como base constitutiva, a defesa radical da liberdade. Para Malatesta, expoente do anarquismo italiano, “a Anarquia, o mesmo que o socialismo, tem por base, por ponto de partida, por ambiente necessário, a igualdade de condições: tem por fim a solidariedade; tem por método a liberdade” (MALATESTA, s/d, p. 27). Entretanto, a noção de liberdade para o anarquismo é diferente, da noção liberal, como afirmara Luce Fabbri, anarquista ítalo-uruguaia:

O liberalismo só teve aplicações práticas parciais e um desenvolvimento truncado como doutrina. Nas correntes e nos sistemas que levam seu nome, foi, no melhor dos casos, incompleto, mas com mais frequência simplesmente hipócrita e falso, quando reclamava para o indivíduo a liberdade jurídica e não a liberdade real. [...] uma liberdade real não é possível enquanto exista predomínio econômico de uns homens sobre outros. A riqueza privada, que não é nunca, nem sequer desde um ponto de vista individual, instrumento de libertação, é sempre, em troca, instrumento de opressão. Neste terreno o liberalismo, se é que deve chegar a suas consequências lógicas, à sua completa expressão, conflui com o socialismo. [...] Na realidade o capitalismo jamais foi individualista e não se chega ao socialismo através da estatização (FABBRI, 1952, p. 15).

Preferindo enfatizar esses valores de igualdade, solidariedade e liberdade, os/as anarquistas evitam construir um “método” organizado num programa rígido o qual fosse capaz de direcionar sua organização e suas estratégias políticas. Assim, segundo os anarquistas, são os princípios¹ e os valores libertários os norteadores da ação dos indivíduos.

¹ Silvio Gallo (1990) divide os princípios básicos do anarquismo em três teóricos e três outros que definem suas atitudes práticas. Em relação à teoria, são eles: autonomia individual, autogestão social e internacionalismo; quanto às atitudes práticas: ação direta, associações operárias e greve geral.

A crítica ao Estado vem da compreensão dos/as anarquistas de que este é um instrumento das classes dominantes para a limitação das liberdades humanas. O Estado é um fundamento da dominação. Assim, o movimento anarquista nega as suas formas, capitalista ou socialista, e propõe formas alternativas de governo que possibilitem aos indivíduos o seu pleno desenvolvimento.

Para os/as anarquistas, os indivíduos devem governar a si próprios ao mesmo tempo em que contribuem com a construção geral da sociedade. A organização social deve se basear no princípio da autogestão e do federalismo. Para Felipe Correa, a autogestão diz respeito à dimensão econômica, na qual o trabalho estaria organizado de modo que não visasse o lucro e sim às necessidades populares: “socialização da propriedade privada dos meios de produção, que implica a coletivização de máquinas, equipamentos, ferramentas, tecnologias, instalações (edifícios, armazéns, escritórios), fontes de energia, meios de transporte, matérias primas (minerais, vegetais, animais) e terra” (CORREA, 2013, p. 116). A autogestão também diz respeito à dimensão política no sentido de buscar a abolição do Estado e o fim da divisão entre governantes e governados. Para isso, os/as anarquistas propõem o federalismo, definido como:

mecanismo autogestionário que permite articular as estruturas políticas por meio de delegações que levam às instâncias mais amplas de decisões das bases e garantem sua execução; os delegados possuem autonomia relativa, são controlados pela base, suas funções são rotativas e seus mandatos revogáveis a qualquer momento. Este mecanismo permite a articulação, de baixo para cima, a partir dos conselhos, em nível local, regional, nacional e até mesmo internacional, [...] sem a presença da dominação e garantindo a autonomia local (CORREA, 2013, p. 119).

Proudhon, considerado por muitos o primeiro pensador anarquista, foi um dos principais formuladores da ideia de federalismo. Esse francês, vinculado às lutas operárias, articulou teoricamente a organização do regime de fábrica à criação de hierarquias definidas por um determinado saber/conhecimento tornado propriedade. Segundo Bancal (1984), a crítica proudhoniana vai de encontro a todo tipo de autoridade assentada na dominação. Na perspectiva de Proudhon, a autoridade advinda dessas relações se manifesta sob três formas: a) como misticismo, ou seja, na adoração do homem pelo homem; b) como capitalismo, na exploração do homem pelo homem; c) estadismo, ou o governo do homem pelo homem. No lugar desse tipo de concepção, Proudhon defendeu uma sociabilidade desenvolvida a partir de uma nova pedagogia do trabalho.

A organização social concebida por Proudhon estimularia que cada indivíduo, cada grupo social, cada município, cada companhia operária deveria desenvolver sua própria soberania, se autogovernar e se relacionar livremente com outros indivíduos ou agrupamentos (MOTTA, 1981). Em Proudhon, temos a proposta de um socialismo autogestionário, suportado na dupla série: autogestão econômica e auto-administração política, inserindo a necessidade do desenvolvimento da auto-educação. A questão que já fora colocada pelo pensador francês é a de que a revolução proletária por si só não garantiria a emancipação imediata dos proletários. Era preciso atingir, enquanto sociedade, um “estado adulto”, capaz de se autogerir, no qual houvesse o exercício da autonomia e da independência (BANCAL, 1984).

Em sua oposição ao sistema econômico vigente, os/as anarquistas tinham a clara noção de que o capitalismo era gerador de grandes males à humanidade, tais como a fome, a pobreza, a exploração, etc. Mas o movimento anarquista criticava também a impossibilidade da realização da potência da liberdade humana sob o capitalismo. Desse modo, na crítica anarquista há o cruzamento entre a crítica econômica e a crítica moral dos valores presentes na sociedade burguesa.

Dóris Accioly e Silva (2011) comenta o desenvolvimento, por parte do movimento anarquista, de uma cultura de resistência ou cultura de combate². Em seus espaços, os/as anarquistas expressaram e concretizaram suas concepções políticas e culturais em experiências diversas: criaram escolas e universidades libertárias; conceberam a sua própria imprensa com diversos jornais e revistas operárias; foram ativos na construção de estéticas libertárias, expressas em poesias, contos, romances e peças teatrais com conteúdo político e social; incentivaram a existência e criaram centros de cultura e ateneus a fim de possibilitar o livre debate, o trânsito de ideias e a aquisição de conteúdos científico por parte dos/as trabalhadores/as; participaram ativamente da construção de redes de conhecimento, pesquisa e círculos de estudos; entre outras ações.

A partir do estudo da ação cultural dos/as anarquistas, Accioly e Silva (2011) aponta para a possibilidade de pensarmos duas dimensões deste movimento: a da resistência e a do

² Tratava-se de uma cultura capaz de entrelaçar positivamente processos ideológicos, práticas políticas e organizativas plurais com ritos, costumes, símbolos e linguagens variadas. Junto disso, compunham discursos, imaginários e formas de sociabilidade alimentadas pelo vínculo estabelecido com a comunidade e com a classe (LIDA E YANKELEVICH, 2012).

combate. Na perspectiva anarquista, se fazia necessário resistir - boicotar, negar, não participar, questionar - à cultura e aos valores das camadas dominantes. Mas não bastava negar, e sim também criar instituições e práticas próprias, criar uma cultura com a pretensão de ser autenticamente operária e libertária. Na dialética social, a dimensão combativa expressa o caráter propositivo do imaginário anarquista: na luta contra o capitalismo, a destruição do velho e ultrapassado modelo social deveria ocorrer ao mesmo tempo em que se criava uma nova ordem.

Apostando no conhecimento como meio de emancipação humana, bem como na necessidade de construir uma cultura libertária, os/as anarquistas dão bastante ênfase na formação de todos os sujeitos, no autodidatismo e na educação. Deste modo, construíram pedagogias libertárias e, inclusive, escolas que funcionavam sob os princípios anarquistas, ou mesmo ateneus e centros de cultura libertária.

Diversos militantes anarquistas estiveram dedicados a pensar questões educacionais como: o papel da educação e da escola na sociedade de classes; a necessidade de acesso de todos os trabalhadores aos conteúdos científicos em oposição aos conteúdos religiosos e ideológicos da burguesia; a construção de um processo de aprendizagem feita por meio de conteúdos críticos e de uma perspectiva da classe trabalhadora; a formação para o trabalho; a didática e a organização do espaço escolar; a criação de espaços que possibilitassem o desenvolvimento e a circulação de uma “cultura operária”; a formação de professores que fugissem do modelo autoritário e coercitivo observado nas escolas de época; a necessidade da criação de instituições promotoras de uma autoeducação da classe e etc.

Tomando por base os princípios da Instrução Integral desenvolvidos por Bakunin, os anarquistas investiram esforços no sentido de construir experiências educacionais que estimulassem a vivência, a defesa e a propagação de valores como a solidariedade de classe, a igualdade econômica, a emancipação dos trabalhadores, a liberdade e o fim das relações autoritárias e de opressão e exploração típicas do capitalismo, se colocando em oposição aos valores da sociedade burguesa. Entretanto, engana-se quem pensa que esses esforços significaram a adesão a uma fé ingênua na capacidade revolucionária da educação. Como declara Bakunin:

Sim, os operários sem dúvida farão todo o possível para dar-se toda a instrução que puderem, nas condições materiais nas quais eles se encontram no presente momento. Contudo, sem se deixar desviar pelo canto das sereias dos burgueses e dos socialistas burgueses, eles concentrarão seus esforços antes de tudo sobre essa

grande questão de sua emancipação econômica, que deve ser a mãe de todas as outras emancipações (BAKUNIN, apud RAYNAUD, 2003, p.50).

Os modelos educacionais libertários visavam à preparação da classe trabalhadora para viver numa sociedade autogovernada pelos produtores associados. As práticas autogestionárias na educação se vinculavam às práticas autogestionárias em outras esferas da vida social. Desse modo, a concepção de autogestão no movimento anarquista não a vincula isoladamente a um espaço exclusivo como a escola ou a unidade produtiva, mas considera-a num contexto de generalização social dessas práticas.

A imprensa também serviu como um importante instrumento para a construção da mentalidade libertária. Textos sobre os mais diversos vieses são encontrados nos jornais e revistas anarquistas, desde textos de divulgação científica, discussão filosófica, repasses do movimento operário, críticas à conjuntura, passando por questões de saúde, sexualidade, maternidade, artes, educação, emancipação individual, valores anarquistas, entre tantos outros temas.

Conforme Clara E. Lida (2012, p.78) aponta, esses espaços culturais ou meios de divulgação se convertiam em “espacios de sociabilidad virtual” capazes de fomentar o sentimento de pertencimento a uma comunidade de classe e a uma ideologia em comum. Mais que isso, as ações anarquistas possibilitavam o rompimento com o monopólio da informação e a elaboração de uma opinião pública alternativa. Assim, podiam construir seu próprio discurso em oposição ao dominante e desenvolver imaginativos instrumentos de comunicação e de cultura, elaborados por eles e para eles. Sobre isso, Sergio Grez Toso (2011), ao discutir o anarquismo chileno, comenta que os libertários ansiavam por criar uma “zona de contestação social” (TOSO, 2011, p.6). Ou seja, suas ideias não estariam circunscritas à sua militância e à sua área de influência direta – o operariado

Na criação de seus próprios espaços culturais, o movimento anarquista resistia aos dogmas da Igreja Católica - instituição responsável pela educação formal no período de emergência do anarquismo - criando e estimulando os valores libertários. Forjados nas lutas autogestionárias, suas práticas visavam à superação da sociedade alienada, da divisão do trabalho, da separação entre teoria e prática, conhecimento intelectual e conhecimento manual, da divisão entre aqueles que pensam e os que executam - características da heterogestão capitalista. As lutas autogestionárias defendiam a unidade entre a vida social e a produção, gerida pelos próprios produtores livremente associados. Nesse sentido, as

propostas educacionais que emergiram nos meios operários propagavam a máxima “pela educação e pelo trabalho”, ressaltando a compreensão de que havia uma unidade entre essas esferas e a necessidade da superação das relações de alienação em todas as dimensões.

A compreensão anarquista de que todos são livres reforça a necessidade para os/as libertários/as da construção de uma sociedade autogestionária em todas as suas dimensões. Se todos são livres, tem, portanto, a possibilidade de construir o mundo de forma a promover o desenvolvimento humano. A liberdade, entretanto, está diretamente relacionada com a igualdade e a solidariedade. Sendo assim, ao se questionar sobre a possibilidade da construção de uma vida mais livre, o/a anarquista, munido de princípios éticos, compreende a responsabilidade que tem com os demais indivíduos e buscará soluções que visem à construção da harmonia social. O anarquismo, assim,

Em princípio, é um ideal de vida em comum, de boa vizinhança. Quando não se pode ter uma boa vizinhança, se inventam leis, constituições e polícia para levar as coisas adiante. Em segundo lugar, é um ideal de luta pela bondade humana, ou seja: considera que o homem, por ser bom, pode agir com benevolência, portanto, é uma tentativa de matar tudo o que há de errôneo ou mau na história evolutiva humana. Terceiro, é um ideal de igualdade relacional entre os seres humanos. Em quarto lugar, de liberdade pessoal que ninguém tem o direito de coagir, particularmente o Estado. E, finalmente, é um ideal que sustenta que a hierarquia corrompe a alma, e, nesse sentido propõe uma sociedade amigável e não-hierárquica (FERRER, 2005a).

A fim de construir essa boa vizinhança - ou uma boa relação entre os membros de um grupo, de uma organização de trabalho ou política, etc - os/as anarquistas apostam no diálogo e na participação de cada membro envolvido na decisão de alguma questão. A democracia para o/a anarquista deve ser, portanto, direta e não representativa. A participação política é, portanto, central. Para que não se reproduza a dominação e as hierarquias, faz-se necessário que todos os indivíduos participem dos espaços de tomada de decisão sobre as questões que envolvem as dimensões de suas vidas.

Em um sentido mais ampliado de prática comunitária houve também experiências anarquistas em comunidades autogestionárias, como por exemplo a experiência da Colônia Cecília (1890) no estado do Paraná, uma comunidade organizada com base nas premissas anarquistas. Os experimentos em forma de colônia são comuns dentro dessa tradição e aparecem em diversos países nos quais os anarquistas se fizeram presentes.

Sendo contrários à concepção jurídica e a marxista de poder, os/as anarquistas identificaram focos de dominação em diferentes âmbitos da vida cotidiana e, sendo assim, a resistência ao poder se daria nas microrrelações. Mais que uma teoria acabada da revolução, o

movimento libertário aponta, sobretudo, para uma vontade de revolucionar cultural e politicamente a sociedade (FERRER, 2005b, p.13):

O "gênio" do anarquismo não consistiu apenas na promoção de um ideal de redenção humana, mas também na criação de novas instituições e modos de viver no interior da sociedade impugnada que, por sua vez, tentavam aliviá-la (sindicatos, grupos de afinidade, escolas livres, comunidades auto-organizadas e modos auto-gestionários de produção). Daí a obsessão do anarquismo por assegurar a correspondência entre meios e fins (FERRER 2005b, p.11).

A vida, para os/as anarquista, é vivida como prática da liberdade: “O anarquismo, antes de tudo, é uma forma boa de viver, e isso se realiza a partir de exemplos morais” (FERRER, 2005a). Resistir a partir das microrrelações levou os/as anarquistas à criação de outros estilos de vida, fundados sob outra ética, e possibilitando a criação de formas de sociabilidade e de subjetividades mais livres. A resistência anarquista não foca, portanto, apenas na destruição do poder político concentrado no Estado e nas classes dominantes, mas repensa também as formas de subjetivação e individualização que o sistema capitalista industrial demanda. Nesse sentido, os/as anarquistas, então, desenvolveram diversas tecnologias do eu,

Tecnologias que permitem aos indivíduos efetuar por seus próprios meios um certo número de operações sobre seus próprios corpos, suas próprias almas, seus próprios pensamentos, sua própria conduta e o fazem de modo que se transformam a si mesmos, modificando-se para alcançar certo grau de perfeição, felicidade, pureza ou poder (FOUCAULT, 1996, p. 48).

Essa preocupação com o cuidado de si levou à construção de diversas estéticas da existência. “A vida como obra de arte também é uma preocupação anarquista” (PASSETTI, 2005, p. 5), e desde o início do movimento, os/as anarquistas formavam associações livres a fim de experimentarem outras formas de relações, fossem amorosas ou produtivas; ou ainda construíam outras bases para a educação, para a ciência, visando a abolição da competitividade e da punição, bem como do Estado. Estes “eram e são exercícios do fazer diário” (PASSETTI, 2005, p. 5).

A construção de uma subjetividade libertária - que se autogoverna, seguindo princípios éticos e valores morais baseados na solidariedade e no apoio mútuo - é vista pelos anarquistas como uma dimensão tão importante quanto a autogestão econômica e política. Na visão anarquista, ao perceber-se livre, mas também dependente dos demais, o indivíduo tomaria para si a tarefa da sua emancipação, compreendendo que ela só se dará de forma coletiva. Através da educação, da formação constante e da participação ativa nas decisões

políticas é que os sujeitos encontrariam os instrumentos necessários para a construção, sempre inacabada, de uma sociedade livre de dominação.

A nova sociedade que os/as anarquistas almejam deveria ser distinta não apenas em suas bases estruturais, mas também em relação a todos os seus valores. E isso era uma tarefa imediata para os anarquistas. A coerência entre os ideais e as ações era um valor estimado no anarquismo. A norma ética que orientava a construção das pessoas era a de viver da maneira como se gostaria de viver no futuro. Nesse sentido, Christian Ferrer (2005b) afirma que o anarquismo não era apenas uma maneira de pensar as relações de dominação, mas sobretudo uma forma de existir contra a dominação. Assim, os indivíduos anarquistas participaram dos mais diversos espaços de discussão política.

Na intenção de forjar indivíduos libertários, as práticas anarquistas apontavam para a importância do autodidatismo, do impulso das vontades e do apego à amizade humana, enfrentando as variadas formas de submissão, elaborando uma imaginação anticlerical e uma tomada de consciência a favor dos oprimidos. Sendo assim, o anarquismo se apresenta como um modelo ético a ser seguido, um ideal de pessoa livre.

A formação e o autodidatismo se apresentam como práticas constantes nos meios libertários. Conferências, cursos, círculos de leitura, eram realizados com frequência, na intenção de estimular a discussão sobre as mais variadas áreas da ciência e da cultura. Nessas discussões, formularam suas próprias concepções e teorias, resignificando teorias dominantes e se apropriando delas para a luta política estratégica.

O estímulo à criação e participação em redes de solidariedade, grupos de afinidade, organizados em alguns casos internacionalmente, possibilitava aos/às anarquistas a articulação com sujeitos advindos dos mais diversos setores da cultura e da ciência - positivistas, livre pensadores, maçons, anticlericalistas, higienistas, dentre outros - numa demonstração prática da visão interclassista dos libertários e sua comunicação com a luta social nas mais diversas esferas.

Considerações Finais

Os/as anarquistas integravam em suas reflexões sobre a sociedade, as reflexões sobre a organização da luta política e da condução de suas vidas. Compreendiam que a humanidade deveria se emancipar em três dimensões: econômica-social, moral e intelectual. Desse modo,

o acesso à educação e à cultura eram questões essenciais: a transformação social só seria possível a partir da criação de formas igualitárias, não hierárquicas e desburocratizadas de organização e também através das mudanças nas sensibilidades e atitudes dos indivíduos.

Ao compreendermos a Economia Solidária como um outro modelo de desenvolvimento e de reconfiguração cultural, as três dimensões da mudança (econômica-social, moral e intelectual) também devem ser levadas em conta. Assim, os valores morais e as condutas éticas importam tanto quanto o modo de produção e a conscientização do consumo. Do mesmo modo, a fim de promover a autogestão nas mais diversas esferas da vida social, a participação nos espaços políticos do movimento da Economia Solidária e dos demais movimentos sociais também tem uma importância central.

A ênfase na educação popular, a formação constante sobre os princípios da Economia Solidária e a discussão e participação política de modo amplo, para além das esferas da célula de produção, faz do movimento pela Economia Solidária um espaço privilegiado para a experimentação de liberdades no agora e de configuração de possibilidades para a construção da sociedade libertária almejada, edificada sobre os alicerces da solidariedade. Nesse sentido, aproximar a Economia Solidária das experiências anarquistas pode contribuir para os desafios que a autogestão apresenta.

Referências

ACCIOLY e SILVA, D. Anarquistas: criação cultural, invenção pedagógica. *Educação & Sociedade (Impresso)*, v. 32, p. 87-102, 2011.

AQUINO, Alysson Eduardo de Carvalho. *Autogestão e Educação: um estudo sobre a apropriação da categoria socialista pelas doutrinas gerencialistas neoliberais aplicadas à administração escolar*. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2014.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da Economia Solidária. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 282-317.

BANCAL, J. Proudhon: pluralismo e autogestão. Vol.1:os fundamentos. Brasília: Novos Tempos Editora, 1984.

CORRÊA, Felipe. Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo (1868-2012). Faisca Publicações Libertárias, 2013.

FABBRI, Luce. El Camino. Hacia el Socialismo sin Estado. 1952. Montevideo: Revista Alter y Comunidad del Sur, 2000.

FERRER, Christian. El anarquismo fue una batalla cultural. fev. 2005a. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/cultura/7-47524-2005-02-20.html>>

_____. El lenguaje libertario: antología del pensamiento anarquista contemporáneo. 1a. ed. - La Plata: Terramar, 2005b. 336 p.

FOUCAULT, Michel. Tecnologías del yo y otros textos afines. Barcelona: Paidós, 1996.

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. Educação anarquista: por uma pedagogia do risco. 1990. 325 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1990.

LIDA, Clara; YANKELEVICH, Pablo (comp.). Cultura y política del anarquismo en España e Iberoamérica, México, El Colegio de México, 2012.

LIMA, J. C.. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? Sociologias vol.12 n.25 Porto Alegre Set/Dez. 2010

MALATESTA, Errico. La anarquía y el método del anarquismo. s/d.

MANDEL, E. Controle operário, conselhos operários, autogestão. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1988

MOTTA, F. C. P.. Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

NOVAES, H.T.; CASTRO, M.P.. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In BENINI, É., SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES,H.T.; DAGNINO, R. (orgs). Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PASSETTI, Edson. Foucault libertário – heterotopia, anarquismo e pirataria. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

RAYNAUD, J.M.; Mikhail Bakunin e a Educação Libertária. Texto originalmente publicado em 1976 In: A Instrução Integral. Editora Imaginário, São Paulo -SP, 2003.